

CENTRALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA EXPERIÊNCIA IMPERIALISTA ROMANA: UMA REFLEXÃO

*Norma Musco Mendes**

Abstract

This article's aims to study the integration and the centralization of the Roman imperial experience by the application of two models: the model of centre and periphery and the model of the Roman economy constructed by K. Hopkins and to exemplify it with the conclusions already obtained by my investigation about Lusitania.

O objetivo deste artigo é fazer uma sistematização dos resultados parciais obtidos pelo projeto de pesquisa intitulado "Romanização e o desenvolvimento do sistema urbano da região do Algarve", o qual venho realizando com o apoio do CNPq, através da concessão da bolsa de produtividade em pesquisa.

A pesquisa problematiza de acordo com os pressupostos da teoria pós-colonial, o comportamento dos nativos ante o domínio romano, através de análise intertextual sobre o desenvolvimento do sistema urbano¹ na região do Algarve, no qual as cidades de Ossonoba (Faro) e Balsa (Tavira) tiveram uma posição de destaque.

Pretendemos sistematizar as conclusões já obtidas por essa pesquisa e validá-las através de sua comparação com os modelos explicativos gerais,

* Professora adjunto de História Antiga do LHIA/IFCS/UFRJ.
e-mail: normamusco@aol.com

cujo objetivo é reconstruir a dinâmica econômica, sociopolítica e cultural específica da prática imperialista romana. Neste sentido, pretendemos travar um diálogo entre a micro-história e a macro-história. Parece-nos claro que a nossa pesquisa estabelece um campo de exercício de história comparada sobre o imperialismo romano, com base na análise intertextual de documentação de natureza diversa, buscando entender quais foram as condições que propiciaram a formação, sustentação, reprodução e desagregação do Império Romano. Tais questões formam um conjunto de problemas comuns às experiências imperialistas da história.

O conceito de Romanização, em aplicação, pressupõe um processo de mudança socioeconômica multifacetada em termos de seu significado e mecanismos, implicando em diferentes formas de interação cultural. Nesta perspectiva fica implícito o reconhecimento de um contínuo desenvolvimento da cultura material nativa, aberta a processos interativos diferentes em épocas distintas e em resposta às escolhas e demandas locais. Por outro lado, a Romanização também é entendida como um processo dialético na medida em que veicula os elementos culturais fundamentais da identidade cultural romana e seu ajustamento com as alteridades culturais dos povos dominados. Entendemos imperialismo como um fenômeno histórico e universal. Politicamente, pode ser definido como o exercício da soberania sobre terras habitadas e pertencentes a outros povos. É a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante. Pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, pela dependência econômica, social e cultural (SAID, ED. 1995:38). Logo, é a criação de uma dinâmica específica da dependência, que sobrevive em determinadas práticas econômicas, políticas, sociais, ideológicas, ou seja, numa esfera cultural geral.

Portanto, há uma estreita conexão entre Romanização e prática imperialista, a qual implica a idéia de que o domínio não se restringe apenas ao desenvolvimento de forças de coerção, abrangendo idéias, formas, imagens e representações, quer dizer, uma interação entre imperialismo e cultura numa dinâmica histórica complexa.

Enfim, as práticas socioeconômicas, políticas, culturais, as instituições civis e militares são consideradas como instrumentos de Romanização, ou melhor, como a retórica de poder hegemônico. A forma como foram reproduzidas nas províncias demonstra que a hegemonia romana não foi simplesmente imposta, mas um produto do conflito, da negociação, diálogo e acomodação.

Os modelos explicativos mencionados são: o modelo de centro e periferia de I. Wallerstein adaptados para a aplicação ao mundo antigo² e o modelo da interação do sistema de impostos, as rendas e comércio de K. Hopkins (1980) recentemente modificado pelo próprio K. Hopkins (2000).

Recorremos aos axiomas gerais do modelo de centro e periferia em busca de uma conceituação para a dinâmica da dependência existente na experiência imperialista romana. Sua adaptação para aplicação à Antiguidade defende a formação de um sistema mundial (FRANK, A.G and GILLS, B.K. 1993; ROWLANDS, M. 1987; FRANKENSTEIN, S. 1997), o qual será a premissa básica para se estabelecer um equilíbrio entre forças externas em termos globais, que não pode afastar o terreno consciente dos atores locais e a política de apropriação e controle que gera identidades constituídas historicamente. Assim, pretende-se explicitar a inter-relação e a crescente interdependência, desde o início do primeiro milênio, entre os estados nucleares (fenícios, gregos, etruscos, cartagineses, romanos) e suas áreas externas, as quais, em graus distintos, foram incorporadas como áreas periféricas às economias regionais dominadas por estes Estados.

Toda a lógica do conceito está na questão do processo de acumulação como fundamental para a generalização de desigualdades sociais, a qual apresenta um caráter expansionista para a obtenção de recursos humanos e materiais (terra, água, produtos primários, metais); busca de “mercados” para a troca e obtenção de produtos e do controle de corredores das interações comerciais e culturais inter-regionais. Deve ser ressaltado que diferentemente do conceito de mercado definido por Polanyi e M. Finley como algo regulado de forma rígida pelo sistema de preços, podemos dizer que na Antiguidade as motivações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais foram as responsáveis pela importância que o comércio adquiriu.

O processo de acumulação (estatal ou privado ligado ao tributo, ao botim, aos bens de troca) é a força motriz para a formação dos ciclos hegemônicos e para a ordem dentro do mundo. Configura-se uma **“acumulação interpenetrante”** – transferência ou troca de excedente econômico – que liga as sociedades ou os respectivos processos de gerenciamento de excedentes, as estruturas de exploração e opressão por classe ou gênero e as instituições do Estado e da economia. Neste sentido, a transferência de troca de excedente não é um relacionamento neutro socialmente, e nem politicamente, mas profundamente sistêmico.

Tal raciocínio lógico modelar aplicado às variáveis romanas nos permite entender as etapas da expansão romana, ou seja, a gradual transformação das áreas periféricas em semiperiféricas e, posteriormente, incorporadas sob a condição de províncias. Tal dinâmica de ampliação territorial da soberania romana se baseia na idéia central da existência de relacionamento entre várias entidades regionais para a mobilização de recursos controlados por uma área centralizada, sendo a interação regional não baseada em fronteiras estanques e sim na concepção de interdependência. A integração é formada por uma variedade de relações de exploração de recursos materiais e humanos, sendo a função da periferia servir ao centro geopolítico para assegurar seu funcionamento e manutenção, através de uma rede de "trocas" e alianças políticas articulando os interesses da elite do centro e das elites locais. Esta rede é politicamente motivada e dirigida mais para o controle de pessoas do que na intervenção direta nas condições tecnológicas e no intercâmbio de mercadorias. A natureza das relações de exploração não pode ser interpretada nos padrões de um sistema mundial baseado em motivações econômicas similares àquelas do imperialismo capitalista. O anacronismo fica afastado, se considerarmos as especificidades das variáveis romanas, no sentido em que não se tendeu para a formação de uma economia imperial centralizada, e sim houve uma integração entre os distintos sistemas econômicos regionais, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades locais.

Neste sentido, conceituamos o Império Romano como uma entidade política centralizada, fundamentada numa estrutura celular e concêntrica, cujo poder hegemônico era exercido através de relações de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semiperiferias e periferias. Este raciocínio lógico-modelar se articula com a percepção dos romanos que concebia o seu Império composto por dois espaços fundamentais: a *Urbs* e o *orbis terrarum*. A *Urbs*, Roma, era o centro do mundo, a cidade da vida social, do prazer, dos templos, da riqueza, da cultura e do poder. De acordo com Estrabão (*Cosmographia* 2.5.8.), o *orbis terrarum imperium* tinha duas partes: território organizado e submetido à lei civil romana e às *externae gentes*, as quais não ocupavam terras anexadas, mas reconheciam a superioridade romana. Tal ideologia de *imperium sine fine* foi simbolizada pelo mapa atribuído a Agripa (fig. 1), elaborado entre os anos 2 e 10 d.C. e afixado no *Porticus Vipsania*, localizado no Campo de Marte. Este mapa é o primeiro mapa global do mundo conhecido pelos romanos e se constituiu

num importante discurso de poder, pois visualizava a concepção ecumênica já veiculada pelo Imperador Otávio Augusto nas *Res Gestae Divi Augusti* (MENDES, N.M.1997:325).

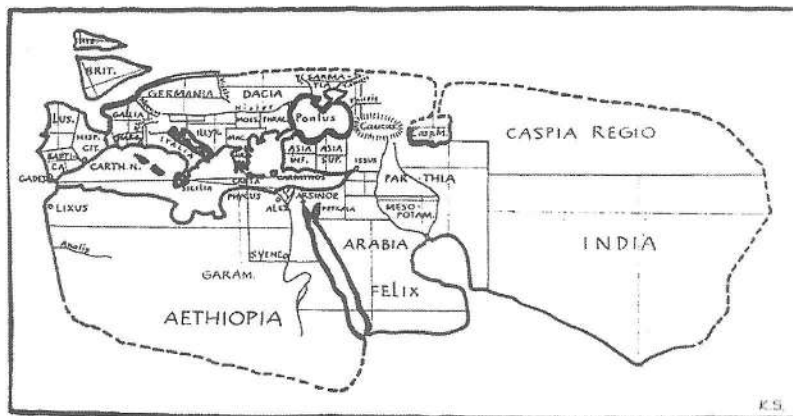
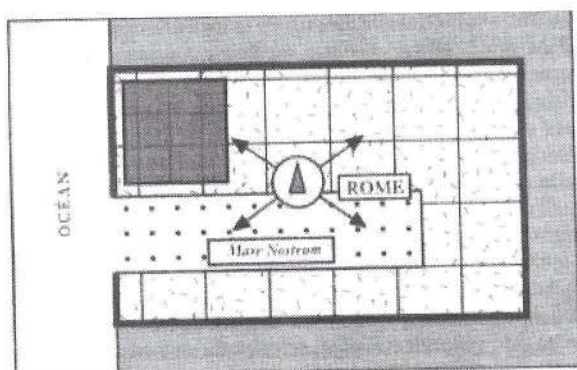







Figura 1 – A carta de Agripa (reconstituição de K. Sallmann).




A partir deste mapa³ Vincent Clément (1999:112) constrói um modelo gráfico (fig.2) no qual procura reconstituir a lógica territorial do Império Romano com base no conceito de *territorium*, não como um espaço geográfico, mas como um espaço delimitado sobre o qual se exerce o poder de uma entidade política, administrativa e judiciária, ou seja, como uma forma de apropriação do espaço que se fundamenta nas relações de dominação e autoridade.



A Centralização do Território

- | | | | |
|---|--|---|---|
|  | Império, território submetido à legislação e à ordem romanas |  | O Mediterrâneo |
|  | A Urbs, a capital do Império |  | Rede de estradas de comunicação terrestre e marítimas centradas em Roma |
|  | Miliário de ouro | | |

A Marcação do Território

- | | |
|--|--|
|  | As fronteiras do Império |
|  | A divisão do Império em províncias |
|  | A divisão das províncias nos territórios das cidades |

As Periferias do Império



- | | |
|---|-----------------------------|
|  | As extensões oceânicas |
|  | Os territórios dos bárbaros |

Figura 2

Neste modelo gráfico⁴ a centralização do território se manifesta pela posição de Roma como o núcleo sagrado de poder simbolizado pela presença do Miliário de ouro⁵ e rodeada por suas províncias, as quais eram divididas de acordo com os territórios das *civitates*. A delimitação do território é marcada pela existência do *limes* terrestre e físico. O *limes* terrestre considerado como um arquétipo de fronteira linear e militarizada pode ser dividido em quatro tipos: *limes* fechado da Bretanha, com o muro de Adriano; Germânia

– rota estratégica fortificada; *limes* aberto e descontínuo da Síria; *limes* africano que é uma linha de penetração e de troca com os povos nômades, fortificado somente nas regiões subsaarianas para a proteção da Númídia e do Egito.

A oeste, o oceano Atlântico forma a fronteira física do Império, sobre a qual se projetava todo o simbolismo do medo associado ao universo da água ilimitada.

Conforme afirmamos acima, a centralização do *territorium* foi acompanhada pela integração entre os distintos sistemas econômicos regionais. Neste sentido, tentando melhor entender esta integração, recorreremos ao raciocínio lógico dedutivo do modelo elaborado por K. Hopkins, o qual é considerado por J. Andreau o modelo mais conhecido e de grande importância para o estudo do funcionamento da economia romana (ANDREAU, J. 2002:33). Este modelo tem como objetivo identificar as principais forças que possibilitaram o desenvolvimento econômico e as trocas comerciais, explorando as implicações lógicas da interação de diferentes variáveis econômicas: sistema de impostos; produtividade; rendas da aristocracia; trabalho especializado; consumo; urbanismo; comércio local, regional e de longa distância; circulação monetária e desenvolvimento do sistema de crédito.

O raciocínio de K. Hopkins se fundamenta numa análise no nível macroeconômico, afastando-se da visão generalizadora e minimalista da economia romana e apresentando uma concepção desenvolvimentista para o período compreendido entre o final da República e durante o Alto Império.

No artigo publicado em 2002, intitulado *Taxes, Rents and Trade*, K. Hopkins responde às críticas feitas à primeira versão do modelo apresentada em 1980, rejeitando-as ou adequando-as, postura que o levou a remodelar algumas das suas proposições iniciais (HOPKINS, K. 2002:190-230).

Mantém a proposição básica de que o desenvolvimento econômico interagiu com a integração econômica e política da bacia do Mar Mediterrâneo, sendo um subproduto do sistema governamental de cobrança de impostos.

Vejamos os pressupostos principais do referido modelo.

- 1) A cobrança de impostos e rendas e o seu gasto longe do local onde foram arrecadadas, quer dizer, nas regiões receptoras de impostos (províncias de fronteira onde os exércitos estavam estacionados,

Itália e Roma, local da elite e do governo central), estimulou a necessidade de ampliação do excedente comerciável nas regiões pagadoras de impostos (Britânia, Hispânia,⁶ sul da Gália, norte da África, Ásia Menor, Síria e Egito), ampliando as linhas de comércio, a economia monetária, estimulando a divisão do trabalho e a urbanização. As cidades serviam como foco de produção econômica e entrepostos para o comércio de média e longa distâncias. Roma agiu como um centro acelerador, ampliando a velocidade da economia do Mediterrâneo. Diante da concentração de pessoas e do poder aquisitivo, os preços em Roma eram os mais altos. Isto encorajou o desenvolvimento de uma rede de relacionamento inter-regional integrada por cidades satélites ao redor de Roma. Considerando que o comércio marítimo era mais barato do que o terrestre, esta rede de cidades ligadas a Roma poderia ser no sul da Hispânia, norte da África e norte da Itália. Desta forma, K. Hopkins resalta os fatores econômicos para o desenvolvimento do alto nível de urbanização, ao longo do litoral do Mediterrâneo, evitando entendê-lo como um fenômeno exclusivamente cultural e político.

- 2) Acrescenta ao seu raciocínio o argumento de que os impostos e as rendas eram arrecadados predominantemente em dinheiro ou se fossem cobrados em espécie eram convertidas em dinheiro pelos agentes governamentais nas províncias, porque o governo e a elite tinham uma demanda limitada por alimentos (exército, distribuição à população de Roma, consumo). Tinham mais necessidade de dinheiro, que era uma forma mais flexível de suprir a necessidade de compra mais ampla e diversificada de mercadorias, a qualquer momento e em qualquer lugar. Neste sentido, defende a hipótese de uma maior circulação e emissão monetárias, principalmente das moedas de prata e do desenvolvimento do sistema de crédito nas transações comerciais e envio de dinheiro de uma região para outra.
- 3) No entanto, defende que grande parte da economia romana permaneceu local e circunscrita, na qual produtores tanto fazendeiros como artesãos, consumiam ou vendiam sua produção na sua localidade. A economia relativamente sofisticada, integrada e monetária tinha como base a economia natural. Mas foi este setor sofisticado e integrado da economia romana que ajudou o Império a manter sua unidade política.

Os argumentos de K. Hopkins de forma cumulativa confirmam os postulados básicos do modelo de centro/periferia no que diz respeito à escala de integração econômica social e política que possibilitou a sustentação e reprodução do Império e favoreceu o desenvolvimento das áreas conquistadas, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades locais e criando “experiências divergentes”⁷ em toda a extensão do Império Romano.

Vejamus como podemos validar estes modelos com os resultados já obtidos pelo projeto de pesquisa acima mencionado.

A interpretação dos discursos de Dionísio de Halicarnasso, Estrabão, Plínio, o Velho, Pomponio Mela, Apiano e Plutarco embasada pela historiografia especializada confirma a pertinência da aplicação do modelo centro/periferia como um raciocínio lógico modelar para se explicitar a tipologia do processo de conquista e anexação da Lusitânia.

O contato entre Romanos e as terras da futura província da Lusitânia se insere no contexto político que antecedeu a 2ª Guerra Púnica. A vitória sobre Cartago, em 202 a.C., possibilitou a anexação do território e uma maior penetração e intervenção romana através da criação das províncias da Hispânia Citerior e Ulterior.

A ocupação da região do Algarve e do Alentejo deve ser situada na primeira metade do século II a.C., e possivelmente foi obtida através de acordos negociados com as comunidades indígenas preexistentes, as quais já se encontravam num estágio pré-urbano, pois não há registro da existência de uma significativa resistência.

O restante do território da futura província da Lusitânia foi marcado por enfrentamentos militares. O primeiro choque entre romanos e lusitanos foi em 194 a.C., na região da Beira interior, cujo acirramento é representado pelas campanhas contra Viriato entre os anos de 147 a 140, líder de um exército formado talvez por uma confederação de tribos. Os romanos também agiam através da formação de alianças com chefes locais. Relacionamento comprovado pelo casamento de Viriato com a filha de Astolpas, rico proprietário de terras da região das terras baixas, disposto, assim como outros proprietários da região, a pactuar com os romanos.⁸ Em 140 a.C. foi negociada uma trégua e, de acordo com Apiano⁹ o próprio Viriato, para garantir a independência das suas terras, assinou um tratado de paz com os romanos, passando a ser considerado *amicus populi romani*. Isto não impediu que, um ano depois, o governador da Hispânia Ulterior, Q. Servílio Cepião,

rompesse a paz e Viriato fosse assassinado. Após Viriato, a capacidade de resistência armada dos Lusitanos foi bastante reduzida, sendo apenas estimulada pela atuação de Sertório na Península Ibérica. Este momento de inserção da região no contexto das guerras civis do final do período republicano¹⁰ foi de suma importância para uma maior interação militar e cultural dos romanos e nativos. A necessidade de extração de recursos materiais e de recrutamento de tropas nativas por Sertório, Júlio César e Pompeu conduziu à incorporação dos nativos aos exércitos romanos e, conseqüentemente, à obtenção por alguns da cidadania romana. As moedas cunhadas em Baesuris, Balsa, Ossonoba e Ipses entre os anos 47 e 44 a.C. indicam que estas cidades aderiram ao partido pompeiano, enquanto a grande presença dos *Iulii* nas inscrições das cidades de Olisipo e Évora denotam a decisão de apoio a Julio César (MANTAS, V.G. 1997:286).

A pacificação definitiva entre o Tejo e o Douro não teve lugar antes de 44 a.C., pois Julio César durante o seu governo na Hispânia Ulterior ainda lutou com os povos dos Montes Hermínios.

As regiões Norte e Noroeste somente foram definitivamente ocupadas na época de Augusto, pois temos notícia de revoltas e intervenções militares nos anos de 24, 22 e 19 a.C.

Resumidamente, podemos perceber que durante um período de 175 anos esta região da província da Hispânia Ulterior transformou-se gradualmente de região periférica a semiperiférica, até ser definitivamente submetida à lei civil romana pela criação da província da Lusitânia. Algo que teve início com as reformas político-administrativas de Otávio Augusto.

Neste processo, podemos perceber a interconexão das covariáveis e dos argumentos dedutivos construídos pelo modelo de centro e periferia.

A análise da documentação textual e de cultura material demonstra que o impacto do domínio romano sobre o território interagiu com as condições do meio ambiente e o grau de complexidade da comunidade nativa anterior à política de ordenamento territorial empreendida por Augusto. Significou uma mudança gradual seja nos padrões de assentamento, na natureza da exploração dos recursos regionais e na forma como os habitantes da Lusitânia passaram a perceber e pensar sobre o mundo ao seu redor.

Sem dúvida, o maior agente desta mudança foram as *civitates*. A *civitas* deve ser entendida como um vasto território limitado não apenas por limites geográficos naturais (serras, rios), mas também por uma unidade étnica ou

política anterior. Cada *civitas* era composta por aglomerados urbanos secundários e uma população rural dispersa. Tinha uma cidade capital e estatuto político-jurídico diferenciado (ALARCÃO, J. 1990:359).

Muitos assentamentos rurais da época do ferro começaram a adquirir características urbanas durante o final dos séculos II e I a.C., especialmente no litoral sul e na costa Atlântica da província (Conistorgis, Ossonoba, Myrtilis, Salacia, Olisipo).

No Algarve a organização romana segue os pólos de implantação dos fenícios e cartagineses já localizadas no percurso dos rios navegáveis, nos sapais e nas regiões portuárias. Ossonoba e Balsa foram selecionadas como capitais, possivelmente diante da importância que já tinham no período pré-romano. Balsa dominaria o território até o Rio Guadiana, enquanto Ossonoba todo o Algarve central e ocidental. Estas duas cidades integravam o sistema urbano do litoral algarvio formado pelas cidades de Baesuris (Castro Marin), Cilpes (Silves), Portus Hannibalis (Portimão), Ipses (Alvor) e Lacobriga (Lagos).

Novas cidades foram criadas para cumprirem funções específicas, como por exemplo, Emérita Augusta, Pax Julia e Idanha-a-Velha. A criação destas cidades naturalmente afetou os assentamentos rurais, pois alguns habitantes escolheram ou foram forçados a residirem em cidades, provocando o abandono de muitos assentamentos.

Muitos assentamentos rurais da Idade do Ferro permaneceram, porém em algumas regiões se registra uma mudança significativa: sítios agrícolas que, diante da apresentação de características monumentais associados à localização em territórios férteis, são classificados como *villae*.

As *villae* não foram os únicos tipos de assentamento rural sob os romanos. Também são registrados os *vici ou castella*, aldeias rurais nucleares que também tiveram grande importância, pois possivelmente eram centros de residência e de produção rural que funcionavam como locais de suprimento de mão-de-obra, facilidades de mercado e serviços não existentes nas vilas (EDMONDSON, J.C. 1994:20).

A mudança nas formas de assentamento também foi acompanhada pela expansão do território cultivado e da intensificação do uso da terra, seja pela introdução das técnicas de barragens e irrigação, seja pelo desflorestamento registrado principalmente nas regiões de atividade mineira, seja pelos melhoramentos na resistência dos instrumentos agrícolas. Ademais, registra-se

um recrudescimento da economia pastoril, das atividades urbanas através da maior comunicação regional pela construção da rede viária e pelo restabelecimento da paz na bacia Mediterrânea e abertura de novos mercados.

As informações contidas no Itinerário de Antonino e na Cosmografia e Anônimo de Ravena e as interpretações dos arqueólogos afirmam que existiram dois grandes eixos viários que do litoral algarvio seguiam, ao longo do Vale do Guadiana e pela Serra do Caldeirão, em direção à Pax Julia e Olisipo. Existiam ainda estradas secundárias como prova a descoberta do miliário de Bias do Sul (ENCARNAÇÃO, J. 1984:720) que indica uma estrada entre Ossonoba e Balsa. A rede viária comprova a ligação entre os centros urbanos e rurais do Algarve e destes com a costa do Oceano Atlântico.

Os dados obtidos pela pesquisa já divulgados pelos artigos publicados na Revista *PHOENIX* 2001 e 2002 confirmam a mudança na paisagem da região do Algarve e o desenvolvimento das atividades econômicas tradicionais, principalmente a exploração dos recursos marinhos: peixe salgado (*salsamenta*), molhos de peixes (*garum, liquamen, muria, hallec*) para a exportação regional e de longa distância.

Esta constatação denota o desenvolvimento da importância das cidades inseridas no circuito do comércio mediterrâneo, principalmente Ossonoba e Balsa, que foram as principais cidades da região, conforme já mencionamos, sendo promovidas para o estatuto de município: Ossonoba durante a dinastia Julio-Claudia e Balsa sob os Flávios. Tal promoção significou a concessão da cidadania romana de direito latino para a classe dirigente da cidade e corrobora com os outros indicativos sobre a existência de uma elite próspera e de prestígio social. A interpretação dos textos epigráficos tanto de Ossonoba como de Balsa¹¹ aponta para a existência de uma população de origem variada: celta, africana, grega e um grupo oriundo de emigração itálica, o qual juntamente com a elite nativa "romanizada" teria controlado o governo local e era próspera o suficiente para adotar as práticas sociais características da vida urbana. A adoção de tais práticas é confirmada pelas inscrições epigráficas de Ossonoba e Balsa, que nos remetem para a prática da benemerência pública. Refiro-me à inscrição encontrada no mosaico dos Oceanos que decorava uma *schola* da corporação profissional dos *navicularii*, em Ossonoba e uma inscrição de Balsa que mencionava a construção do espaço simbólico do circo, a realização de batalha naval e combate de gladiadores, assim como, numa outra inscrição, também de Balsa, vemos o oferecimento de um banquete.

Ademais, a continuação da pesquisa tem-nos mostrado que esta elite também é responsável pelas mudanças e crescimento da produção no espaço rural.

No conjunto de sítios arqueológicos (FABIÃO, C. 1997:373) do período romano, conhecidos no Algarve, foi possível isolar, até agora, 36 locais escavados ou sondados que denotam as modalidades de assentamento rurais. São registrados vestígios de lagares e barragens, e estas últimas não estão exclusivamente relacionadas com o meio rural, pois eram destinadas à conserva e abastecimento de água que serviam às diferentes formas de povoamento, inclusive as cidades. Existem outros tipos de construções no meio rural que aliam a presença de edifícios de caráter urbano e *cetariae* (viveiros de peixes), os quais, por não estarem inseridos em regiões agrícolas, não são classificados como *villae*, tais como os sítios de Senhora da Luz, Salema ou Boca do Rio. Estas construções sugerem a opção pela exploração dos recursos marinhos no meio rural. Recebem a classificação de *villae* os sítios onde a presença de mosaicos, fustes de colunas e capitéis indica a existência de edifícios de caráter urbano em locais de forte aptidão agrícola. Um bom exemplo é a vila de Milreu, datada do século I d.C., localizada perto da cidade de Ossonoba, que apresenta uma parte rústica, na qual há vestígios de tanques para a produção de vinho e de recipientes de armazenagem. A parte habitacional da vila é composta de várias partes, das quais destacamos a estrutura de peristilo, caracterizada pela posição das colunas à volta de um pátio central; pela sala de refeições com o *triclinium*; pelas termas divididas em *frigidarium*, *tepidarium* e *caldarium*; pelos mosaicos cuja iconografia (navio mercantil e peixes) simboliza a importância da atividade marítima e pelas estátuas da imperatriz Agripina e dos imperadores Adriano e Galieno. Torna-se interessante observar que no IV século esta vila foi ampliada, recebeu uma decoração mais luxuosa e a construção de um santuário (HAUSCHILD, T. I 1997:407).

Também há vestígios de *villae* com a presença de *cetariae* implantadas em territórios férteis para a agricultura, tais como: Quinta do Muro, Quinta de Marim, Cerro da Vila e Barrada 2. Isto é interpretado pelos arqueólogos portugueses como uma especificidade regional (FABIÃO, C. 1997:377 e 1994:240).

Sem dúvida foi habitada por uma família relacionada com a administração provincial ou conventual. Além de ser uma exploração agropecuária com fins lucrativos, possuía um valor simbólico. A riqueza ostentada na *pars* urbana (núcleo residencial do dono) reflete o prestígio social do proprietário, requisito fundamental para a reprodução social das elites.

Torna-se difícil estabelecer o potencial agrícola e o rendimento econômico porque não se sabe os limites das propriedades, e as investigações sobre a *pars fructuaria* (equipamentos, celeiros, lagares, estábulos) ainda são insuficientes. No entanto, é possível dizer que a policultura mediterrânea de cereais, vinha e oliveira foi também importante nesta região. Ademais, o Algarve é famoso desde a época pré-romana pelos seus pomares e produção hortícola, algo que parece ter sido incentivado no período romano, conforme denota a construção de barragens.

Diante das características regionais e dos indícios de importação podemos supor que a produção de cereais tenha sido baixa.

A presença de lagares nas vilas de Abicada, Vale de Arrancada, Milreu, Quinta de Marin e de contrapesos de lagares em Almadanim, Monte da Torre, Loulé Velho e Dona Menga está relacionada com a produção do vinho, apesar de serem usados também para o azeite. No entanto, por analogia com registros de épocas posteriores, sabemos que o azeite algarvio não era abundante e nem de boa qualidade. Além disto, há vestígios de importação de azeite inicialmente da Bética e depois do norte da África.

A produção de vinho foi mais significativa, pois são registradas importações de ânforas apenas no período tardo-republicano e início do século I. Porém, acredita-se que a produção foi apenas para consumo local e regional, visto que todos os fornos de ânforas encontrados são relacionados com a produção piscícola.

Os dados mencionados acima demonstram que há uma indiscutível interação da produção rural com as atividades urbanas e comerciais e, conseqüentemente, um aumento do excedente comerciável. Logo, tais evidências são compatíveis com o raciocínio lógico modelar de K. Hopkins.

Por outro lado, o processo de apropriação de elementos culturais próprios da identidade romana pela elite local como uma ação performativa própria do cidadão e sua adaptação às características econômicas locais comprovam que a cidadania não deve ser apenas estudada no seu aspecto político-jurídico, mas contemplar o seu caráter sociológico.

Cidadania e cidade se confundem e, se considerarmos a dimensão sociológica básica da noção de cidadania como algo que se aprende, que é demarcado por expectativas de comportamento singulares, afirmamos que ser cidadão romano associado a uma *civitas* promoveu nas províncias uma renegociação e uma reinvenção radicalmente aberta e interminável de pro-

cessos que possibilitavam novas modalidades de ser, conviver e de aprender. A cidadania e o conjunto dos marcos espaciais urbanos e rurais que integravam a *civitas* devem ser considerados como formações discursivas e, enquanto espaço de deambulação, foram locais privilegiados de encontro com o “outro”, possibilitando diferentes formas de convivência e alterização, codificando as relações sociais.

De acordo com a dinâmica política do sistema imperial romano, a cidadania foi um instrumento poderoso para contrabalançar e compensar os encargos e privilégios existentes nas diferenciações e hierarquias locais. A noção de cidadania desenvolveu um sentimento de pertença a um espaço público e exerceu um papel formador de identidade social. Isso significa que são os indivíduos/cidadãos que permitem a formação da autoridade pública pela representação concedida e livre de seus interesses (DAMATTA, R. 2000:67ss).

A situação geográfica da Lusitânia e as características de sua economia fortemente marcada pela exportação de minérios e de produtos alimentares possibilitaram o aumento do comércio regional e a manutenção e o desenvolvimento da navegação comercial entre o sul da Lusitânia e a Bética e o norte da África. A navegação é relacionada com a cabotagem e com a prática do transbordo de mercadorias em portos de trânsito controlados pelos portos béticos, desde antes do domínio romano, por intermédio dos quais os produtos lusitanos, destinados ao abastecimento de Roma e dos exércitos fronteiriços, alcançariam outras regiões do Império Romano, como por exemplo, a Itália.

Portanto, o nosso diálogo entre a macro e a micro-histórias é uma tentativa de verificar o valor sistêmico do comércio regional e inter-regional para a reprodução social do sistema de domínio imperial romano, uma vez que, dependendo das condições físicas locais e da orientação econômica tradicional, a riqueza das elites locais dependia das atividades comerciais e artesanais, e era fundamental para o processo de acumulação do centro.

Certamente, não podemos desconsiderar a base agrícola da economia romana. No entanto, sabemos que as condições favoráveis oriundas da noção de “Paz Romana” possibilitaram o desenvolvimento da produção e do consumo, os quais encontraram no comércio o elo fundamental (HOPKINS, K. 1980 e 2000; GREENE, K. 1986; RANDSBORG, K. 1991; GARNSEY, P. and SALLER, R. 1987; WHITTAKER, C. R. 1983). Assim, podemos dizer que a

economia romana caracterizava-se pela produção de bens agrícolas para o mercado, seja para a troca de mercadorias, seja para a redistribuição (FUNARI, P.P. 2000:309ss.). Configurou-se um desenvolvimento econômico regional, caracterizado pela ausência de uma economia imperial centralizada e pela integração dos distintos sistemas econômicos regionais, possibilitando a criação de um sistema de mercados interdependentes. Tal realidade parece ter sido percebida por Tácito ao afirmar: “As fronteiras do Império eram o Oceano ou os rios distantes. Exércitos, províncias, esquadras, todo o sistema estava interligado” (Anais 1,9).

Bibliografia

- ALARCÃO, J. O Reordenamento Territorial. In: Serrão Joel e OLIVEIRAMARQUES, A.H. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, vol.I, 1990.
- ANDREAU, J. Twenty years after The Ancient Economy. In: SCHEIDEL, W. and Reden. Sitta von (edit.) *The Ancient Economy*. Edinburgh University Press, 2002, pp. 33-49.
- CLÉMENT, V. Du concept au modele d'organization de l'espace. In: Gorges, J.G. *Économie et territoire em Lusitanie Romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, 1999, 109-120.
- DAMATTA, R. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- EDMONSON, J.C. Creating a Provincial Landscape: Roman Imperialism and Rural Change in Lusitânia. In: GORGES, J.G. e FRÍAS, M. Salinas de *Les Campagnes de Lusitanie Romaine*, Universidad Salamanca, 1994, 14-30.
- ENCARNAÇÃO, J. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Subsídios para o Estudo da Romanização. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.
- FRANKENSTEIN, S. *Arqueologia del colonialismo*. Barcelona: Crítica, 1997.
- FUNARI, P.P.A. O Comércio Interprovincial e a Natureza das Trocas Econômicas no Alto Império Romano: as Evidências do Azeite Bético na Bretanha. In: *PHOÏNIX*, Sette Letras, 2000, 295-311.
- GARNSEY, P., SALLER, R. *The Roman Empire; economy, society and culture*. London: Duckworth, 1987.
- GREENE, K. *The archaeology of the Roman Economy*. London: B. T. Bastford, 1986.

- HOPKINS, K. Taxes and Trade in the Roman Empire, 200 b.C. – 200 a.C. In: *Journal of Roman Study*, 1980, pp.101-125.
- HOPKINS, K. Taxes, Rents and Trade. In: SCHEIDEL, W. and Reden, Sitta von (edit.) *The Ancient Economy*. Edinburgh University Press, 2002, pp.190-230).
- FABIÃO, C. Gárum na Lusitânia Rural? In: GORGES, J.G e FRÍAS, M. Salinas de *Les Campagnes de Lusitanie Romaine*, Universidad Salamanca, 1994, pp. 227-252.
- FABIÃO, C. As villae do actual Algarve. In: *90 séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997, pp. 373-386.
- HAUSCHILD, T. Milreu, Estói (Faro) Villa Romana e Santuário. In: *90 séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997, 407-414.
- MANTAS, V.G. As Civitates: Esboço da Geografia Política e Econômica do Algarve Romano In: *90 séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico 1997.
- MANTAS, V.G. As villae marítimas e o povoamento litoral. In: Gorges, J.G. et MARTIN, F.G.R. *Économie et territoire en Lusitanie Romaine*. Madrid: Casa de Velazquez, 1999, 135-156.
- MENDES, N.M. O limes reno-danubiano: conceito e prática. In: *PHOÏNIX, suplemento de História Antiga*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997, 321-334.
- RANDBORGH, K. *The First Millenium A D in Europe and the Mediterranean (a Archaeological Essay)*. Cambridge University Press, 1991.
- ROWLANDS, M. et alii. *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1987.
- SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- WHITTAKER, C.R. Trade and Frontiers of the Roman Empire. In: WHITTAKER, C.R. and GARNSEY, P. (edit). *Trade and Famine in Classical Antiquity*. Cambridge University Press, 1983. pp.110/127.

¹ Por sistema urbano entendemos a inserção da cidade no contexto urbano local e regional, sua economia como parte dos sistemas de produção e consumo da sociedade como um todo, seu papel social e político entendido como parte da estrutura de poder e domínio.

² EKHOLM, K and FRIEDMAN, J. "Capital" Imperialism and Exploitation in Ancient World Systems. In: FRANK, A. G and GILLS, B. K. *The World System: Five hundred years or five thousand?*. Routledge: London, 1993. pp. 59/80. ROWLANDS, M. Centre and Periphery: a review of a concept. In: ROWLANDS, M et alii. *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1987.

³ Fonte: CLÉMENT, V. Du concept au modele d'organisation de l'espace. In: Gorges, J.G. *Économie et territoire em Lusitanie Romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, 1999, p. 112.

⁴ Fonte: CLÉMENT, V. Du concept au modele d'organisation de l'espace. In: Gorges, J.G. *Économie et territoire em Lusitanie Romaine*. Madrid: Casa de Velázquez, 1999, p. 110.

⁵ Construído em 20 a. C. e continha inscrições com as indicações da distância entre a capital e as principais cidades.

⁶ As províncias da Hispânia Ulterior e Citerior foram criadas após a segunda Guerra Púnica. O Imperador Otávio Augusto reorganizou a região criando as províncias da Lusitânia, Bética e Tarraconense.

⁷ A noção de "experiência divergente" proposta por Ed. Said (1995:64) admite que mesmo existindo um núcleo subjetivo irredutível na experiência humana, essa experiência também é secular e histórica, acessível à análise e à interpretação, e que as experiências específicas das sociedades ou grupos apresentam histórias profundamente entrelaçadas e complexas.

⁸ Diodoro 33, 7, 1.

⁹ *Historia Romana*, vol.1, Livro VI.

¹⁰ Vide o artigo MENDES, N. Musco. Romanização, navegação e comercio no litoral do Algarve. In: *PHOÏNIX*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001, 321-340.

¹¹ Vide Mendes, N. Musco Romanização e as questões de Identidade e Alteridade. *Boletim do CPA.IFCH*, Unicamp, nº 11, jan./jun. 2001, 25-41.